



BELO HORIZONTE, A LA PLATA BRASILEIRA: ENTRE A POLÍTICA E O URBANISMO MODERNO

Cristiano Alencar Arrais¹

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de construção da cidade de Belo Horizonte através de uma comparação com as experiências de reformulação urbanística e de construção de cidades novas de meados do século XIX, em especial, La Plata, capital da província de Buenos Aires. Minha hipótese é que o trânsito de ideias acerca do processo de planejamento urbano, apesar de não reconhecido pelo projetista de Belo Horizonte, pode ser considerado também, como um trânsito de ideários políticos que se veem representados na malha urbana. Este trânsito não indica apenas uma transferência de modelos (urbanísticos, arquitetônicos, artísticos), mas uma tentativa de atualização das antigas elites políticas a uma modernidade formal. Além disso, essa adesão não significou abandono, ruptura com o passado, mas incorporação plástica daquele mundo social no ambiente hierarquizado das novas cidades. O termo aqui utilizado para tratar do fenômeno de construção de núcleos urbanos, “novas cidades”, refere-se de forma geral a comunidades “planificadas e criadas conscientemente em resposta a objetivos claramente formulados”, pressupondo, “a existência de uma autoridade ou organização suficientemente efetiva para assegurar o lugar, reunir os recursos necessários e exercer um controle contínuo até que a cidade alcance um tamanho viável” (Galantay, 1977: 15).

I. Professor adjunto de Teoria e Metodologia da História da UFG.

Belo Horizonte insere-se nesta definição pelo fato de – ao contrário das sucessivas intervenções urbanas executadas em várias cidades, tanto na América quanto na Europa, como no caso de Paris, Barcelona e algumas cidades coloniais brasileiras – ter sua origem num ato criador *ex-nihilo*. A cidade sustenta ainda em seu plano o sonho de construção de uma cidade harmônica, cuja tradição remonta às utopias urbanas de Platão, Campanella, Morus. etc. (Freitag, 2001; Kohlsdorf, 1996) e consagram o ideal de controle da natureza e dos homens num só movimento.

Outra tradição remota tem suas raízes no projeto de cidade ortogonal. Com forma pré-estabelecida por normatizações da Leye das Índias, as cidades coloniais da América espanhola assumiam a forma do traçado quadriculado que tinha no centro a Plaza Mayor “cuja largura correspondesse pelo menos a dois terços do comprimento (...). A praça servia de base para o traçado das ruas: as quatro principais saíam do centro de cada face da praça. De cada ângulo saíam mais duas, havendo um cuidado de que os quatro ângulos olhassem para os quatro ventos” (Holanda, 1995: 97). Resquício da tradição clássica romana de estabelecimento de cidades – através das linhas mestras (*cardo e decumanus*) que serviam como referência para o desenvolvimento futuro da rede urbana – as aglomerações criadas na América a partir do século XVII exerciam uma função muito mais que estética. Procuravam estruturar a vida social, econômica, militar e política da povoação através do estabelecimento de sua ordenação mental.² Atravessar o Atlântico e afastar-se da Europa significava afastar-se da concepção da cidade orgânica medieval. Aplicando o princípio da *tabula rasa*, tais centros urbanos deveriam permitir a representação espacial do corpo social, ou ao menos, sua expectativa. Por isso é que, para Rama:

A transladação da ordem social a uma realidade física, no caso da fundação das cidades, implicava o desenho urbano prévio mediante as linguagens simbólicas da cultura sujeitas à concepção racional. Mas se exigia desta que, além de compor um desenho, previsse o futuro. De fato, o desenho devia ser orientado pelo resultado que se haveria de obter no futuro, conforme o texto real diz explicitamente. O futuro que ainda não existe que é apenas sonho da razão, é a perspectiva genética do projeto. (Rama, 1985: 27)

2 Buenos Aires, por exemplo, fundada em 1580 por Juan de Garay, seguia rigorosamente as Leis das Índias, com cerca de 150 quadras, 15 das quais de frente para o Rio da Prata. A orientação das ruas seguia os eixos cardinais e, na praça central, localizava-se a igreja. A praça se achava no eixo transversal do conjunto, mas somente a uma quadra e meia do rio, e é a atual Praça de Maio. No Brasil, tal procedimento também foi adotado em algumas povoações, principalmente no período pombalino, quando diversas vilas foram criadas ou sofreram remodelações em seus traçados. Cf. Delson, 1997.

A linguagem da geometria analítica cartesiana não era utilizada apenas como método, mas também como modelo de organização social. Foi o que ocorreu com a concepção racional-instrumentalizadora implícita nas propostas de modernização urbana empreendidas ao longo do século XIX, tais como em Nova York, Paris, Barcelona, Milão, Florença, Roma, Rio de Janeiro, etc. A maioria da literatura especializada no tema aponta o projeto setecentista de Versalhes, como a origem desse fenômeno, ou então, ainda na França, as reformas empreendidas em Paris sob a liderança do barão de Haussmann, na década de 1850. Este último, apesar de não ter sido iniciado por Haussmann, como demonstra Picon (2001), já anunciava o reinado da razão técnica através da utilização da geometria e do cálculo nas intervenções sobre o espaço urbano. Partindo da perspectiva de que era necessário o controle direto do Estado nos mais variados aspectos da sociedade, a direita conservadora que chega ao poder após os movimentos de 1848 pensa o espaço urbano como o cenário por excelência da intervenção estatal.

Estes dois momentos do pensamento urbanístico – utopias urbanas e racionalismo instrumental – influenciaram, sem dúvida, certos padrões para as futuras remodelações urbanas ocorridas no século XIX. Delas resulta a concepção explícita de que plano urbano e projeto sócio-político são capazes de se articular em torno de uma mesma narrativa acerca do que deveria ser, não somente a nova cidade, mas também a sociabilidade que seria por ela determinada: ao mesmo tempo, um exercício de geometria e uma lição de hierarquização social.

I. A linhagem não reconhecida: La Plata.

Localizada na Província de Buenos Aires, a cidade de La Plata, construída no final do século XIX, tornou-se o projeto urbanístico de maior envergadura e de maior sucesso da América Latina naquele período. Algumas décadas após a independência da Argentina, a partir de 1854 os governos estaduais foram institucionalizados, elegendo-se governadores e deputados para cada uma de suas províncias. Esse processo, entretanto, tornou a cidade de Buenos Aires um espaço

politicamente conflituoso, visto que ao mesmo tempo era capital do País e da província de Buenos Aires. Desde a década anterior já estava em discussão o processo de federalização da cidade. Entretanto, devido às tensões criadas entre o governo central e o governo provincial, oriundas das disputas em torno da construção de um Estado forte o suficiente para conter a tendência à fragmentação territorial (Romero, 2001), o projeto foi sendo protelado. Isto, entretanto, não resolveu a questão. Pelo contrário: no início de 1880 o governo provincial expulsou o governo federal da cidade de Buenos Aires, eclodindo conflitos armados. Tais lutas se estenderam até setembro de 1880, quando o exército paramilitar provincial comandado por Carlos Tejedor foi derrotado pelas tropas federais, encerrando o ciclo de resistências localistas e abrindo caminho para que a cidade de Buenos Aires fosse declarada capital da República.

A capital da província teve assim que ser transferida. Em função disso, a partir de 1881, o processo de escolha do local para a construção da nova capital iniciou-se. O então governador de Buenos Aires, Dardo Rocha, indicou uma equipe de engenheiros, advogados, políticos e médicos higienistas, chefiados pelo arquiteto Pedro Simon del Corazón Jesús Benoit para planejar, desenhar e construir a nova cidade. O local escolhido foi um sítio próximo a um pequeno porto ao longo do Rio La Plata, cerca de 60 quilômetros a jusante da cidade de Buenos Aires, devido às excelentes condições climáticas e sanitárias e aos recursos oferecidos pela região (Câmara, 2005). Para a escolha do local Benoit procurou, segundo suas próprias palavras “evitar que los intereses locales tengan influencia sobre esta obra de conveniencia general de la provincia (...) por lo que (a) constituyó con figuras que pertenecían a lo más granado del campo sanitarista, técnico y político” (Galantay, 1976: 79).

Foram produzidos três planos iniciais a partir de três subcomissões designadas para projetar a cidade ideal. Dois deles seguindo o tradicional modelo aplicado à maioria das cidades da América espanhola (a quadrícula retangular, oriunda do modelo ortogonal) combinado com elementos que procuravam estabelecer anéis concêntricos. Um terceiro procurava integrar as mais novas concepções higienistas do período com as diretrizes tradicionais do país para estruturas de cidade. O último destes planos foi escolhido para a nova cidade. Ainda em 1881 foi lançado um concurso internacional para a escolha dos melhores projetos para os edifícios públicos da nova capital, cuja construção ficaria a cargo do governo estadual.

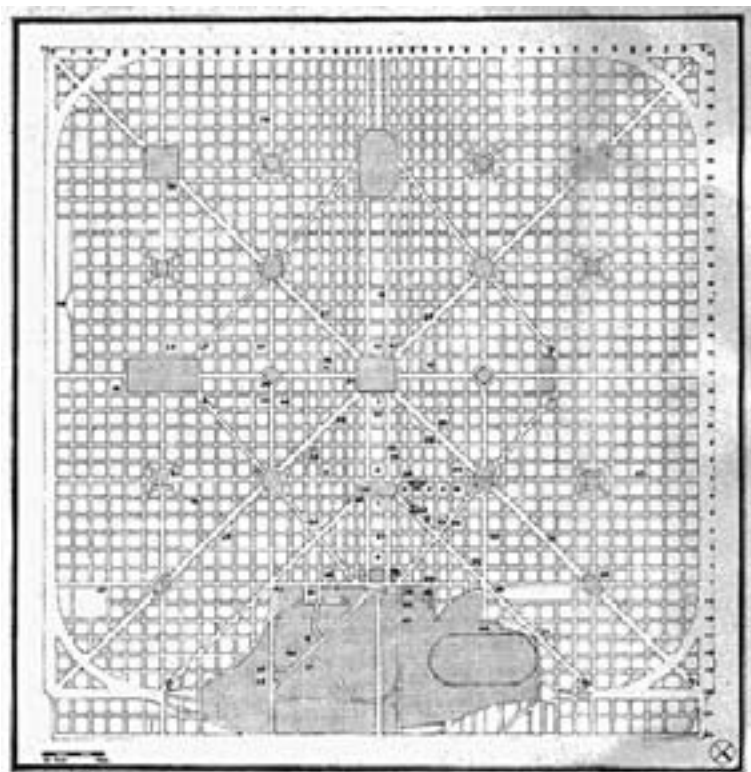


FIGURA 1: O projeto de La Plata elaborado por Benoit.
Fonte: Crespo, 1984: 72.

O projeto definitivo da nova cidade foi elaborado por Benoit. Constituíria-se num quadriculado de 36 quadras de cada lado, seguindo a tradição da antiga Lei das Índias, superposto por outro quadriculado, em diagonal. Procurando atender às expectativas da época referentes à infraestrutura (saneamento básico, higiene e abastecimento de água e áreas verdes de lazer), o projeto foi concebido para uma população entre 150 e 200 mil habitantes (Boltshauser, 1985).

Com 5 quilômetros de lado, sua estrutura compunha-se basicamente de um sistema de ruas ortogonais com 18 metros de largura orientadas no sentido NO-SE e NE-SO e designada por números. Outras dez avenidas com 18 metros foram projetadas paralelas àquelas vias, além de mais quatro avenidas em diagonal, colocadas num ângulo de 45° e orientadas no sentido E-O e N-S, designadas por nomes. Além disso, existia ainda uma via em estilo *boulevard* de 90 metros que contornaria todo o perímetro do plano do projeto, além de três outros parques de grandes dimensões e mais dezesseis praças de diversos tamanhos. Na praça principal da nova capital, estaria situadas tanto a Casa de Gobierno, de um lado, quanto a catedral do outro lado. As secretarias e instituições governamentais, pelo plano de Benoit, estabelecer-se-iam ao longo de um eixo principal, esparramadas pelos bulevares centrais, numa tentativa de incentivar o crescimento uniforme da cidade, ao invés

de focalizar tudo num centro cívico. As duas diagonais principais que ligavam, por um lado, o centro da cidade ao porto, e por outro, a nova capital à cidade de Buenos Aires, se cruzariam no centro da cidade (Plaza Moreno), e outras seis diagonais menores, paralelas àquelas, se encontrariam na parte central e no setor NE do plano.

Além da tradição hispânica, é preciso ressaltar, entretanto, outras influências marcantes no projeto de Pedro Benoit. Paris é tomada como uma de suas referências principais, através da inserção de grandes bulevares arborizados que conectam os extremos da cidade. Mas também Versalhes, através da combinação das vias diagonais e ortogonais e da multiplicação dos espaços verdes que atenuariam a racionalidade do traçado. A rígida estrutura geométrica que delimitava quadras e espaços verdes foi organizada seguindo um plano determinado pela função de cada elemento no todo da cidade.

Quanto aos conjuntos arquitetônicos originalmente projetados, esteticamente optou-se por dois esquemas: uma arquitetura institucional e uma arquitetura de trama, regidas por estritas regras que determinam e limitam sua composição no conjunto. A arquitetura institucional tornou-se o símbolo da identidade da cidade de La Plata, formada por edifícios públicos de caráter monumental, localizados no centro de uma quadra inteira, ao longo do Eixo Cívico entre as avenidas 51 e 53. Já a arquitetura de rede era caracterizada por sua subordinação à arquitetura institucional. Foi constituída principalmente por edificações particulares, as quais deveriam ser construídas junto à testada do terreno, deixando um vazio interior na quadra, a fim de conformar a regularidade das quadras e formar um “plano de fundo” para a exaltação das edificações institucionais (Universidade, 2005). Além disso, atentos aos movimentos artísticos europeus da segunda

metade do século XIX, os projetos vencedores optaram predominantemente pelo Ecletismo, principalmente nas construções públicas. Esse aspecto, entretanto, dificulta o estabelecimento de uma unidade em termos constitutivos. Isso ocorre em razão da mescla de elementos oriundos de diversas procedências que lhe é próprio: a Catedral exibe estilo gótico, a Prefeitura tem como tema o renascimento alemão e a sede do Poder Legislativo aproxima-se do academicismo francês.


Devido à escassez da mão-de-obra nacional para a execução do projeto, foi incentivada a imigração de um grande contingente de imigrantes europeus, provenientes principalmente da Itália. Os trabalhos para construção da cidade iniciaram-se em novembro de 1882, data de sua fundação e, já em abril de 1884, grande parte das obras já estavam concluídas, tendo, portanto, capacidade para comportar a burocracia da administração provincial. A transferência da capital também causou uma imensa migração para a nova cidade. Seis anos após sua fundação, a população platina já contabilizava cerca de 60 mil habitantes.

2. Belo Horizonte: a La Plata brasileira

A construção da primeira cidade nova no Brasil surge em um momento de particular instabilidade da organização política nacional. Isso porque, quando da instalação do regime republicano no país (1889) e das sucessivas articulações entre o poder central e os governos estaduais, as grandes oligarquias regionais conseguiram manter e reforçar esse poder político, ao mesmo tempo em que apoiavam a manutenção da orientação conservadora do poder central (Carvalho, 1990). Em Minas Gerais, o novo regime foi recebido através da rearticulação dos grupos políticos dominan-

tes, a partir de uma estrutura política montada ainda em tempos do Império. Construída para ser o símbolo de uma nova era, marcada pela onda de modernização que atingia o País naquele período, a construção de Belo Horizonte e a transferência da capital de Ouro Preto para aquele novo espaço urbano estão diretamente associados ao universo ideológico republicano.

Um dos grandes símbolos do novo regime que acabara de se estabelecer no País (Paiva, 1997; Magalhães & Andrade, 1989, Julião, 1996), Belo Horizonte viria assim a consagrar a obra da modernidade, identificada com o ideal republicano, rompendo com a imagem do Império e ao mesmo tempo preservando a ordem e a unidade, caras não somente à Nação, mas também à relação de forças regionais. O desequilíbrio econômico das regiões do Estado, garantindo à região da Mata e Sul – graças à expansão da cafeicultura e do transporte ferroviário – o posto de motor econômico do Estado, refletia-se nas próprias ambições de mando político e foram potencializadas com o advento da República. Os debates dentro da constituinte mineira de 1891 sobre o problema da transferência da capital não podem ser completamente compreendidos sem levar em consideração tais interesses. Resende (1982: 209) identifica nos primeiros anos do regime republicano naquele estado, um conflito claro entre “setores mais socializados pelas ideias liberais e as tendências de dominação tradicional” representadas pelo grupo capitaneado por Cesário Alvim. E, ao mesmo tempo, uma tensão entre novos e antigos grupos econômicos dominantes, evidenciadas nos debates sobre a questão da autonomia financeira, da municipalidade e na própria discussão sobre a transferência da capital. Abílio Barreto relata com minúcias a profusão de emendas propostas para incluir localidades a serem estudadas pela Comissão de Estudos, e pondera sobre a questão:



Tantos eram os pedidos e propostas e emendas, que aquele movimento parecia um trabalho calculado de obstrução. Mas não o era. O que animava o Congresso em torno do assunto era o interesse particular de várias zonas do Estado, cada qual mais desejosa de se ver preferida para sede da futura metrópole mineira. Bem compreendendo a situação, o deputado Clementino, para simplificar o caso e contentar o *tout le mond et son père*, requereu que fossem estudados pela comissão mencionada todos os vales mineiros. (Barreto, 1995: 325)

Escolhidas as localidades a serem estudadas (Belo Horizonte, Paraúna, Juiz de Fora, Várzea do Marçal e Barbacena) e sob forte pressão da sociedade ouro-pretana, foi o Congresso reunir-se em Barbacena para aprovar em primeira votação o parecer que indicava Várzea do Marçal como o sítio mais propício para a instalação da nova capital. Quanto aos defensores da permanência da capital em Ouro Preto, sua ação pode ser compreendida em dois momentos distintos. Primeiro, através do periodismo local e nas ações do poder público, como a tentativa de negação da contínua identificação entre aquela cidade e o regime decaído e um projeto de reformulação urbana parcialmente colocado em prática (Fonseca, 1998). Depois, como último recurso, no apoio à candidatura de Belo Horizonte, na segunda votação do Congresso, tendo em vista que as dificuldades encontradas naquele sítio eram maiores que em Várzea do Marçal, conforme demonstrava o relatório de Aarão Reis. Neste último caso, a permanência da capital na antiga sede poderia ser garantida em função da inviabilidade econômica e estrutural da transferência. A vitória apertada (30 votos favoráveis a Belo Horizonte contra 28 favoráveis a Várzea do Marçal) demonstra a intensidade dos debates naquela sessão e entre os grupos sócio-políticos que os apoiavam.

Construída para ser o símbolo de uma nova era, marcada pela onda de modernização que atingia o País naquele período, a construção de Belo Horizonte e a transferência da capital está diretamente associada ao universo ideológico positivista e republicano. Passos (1996) observa que a construção da nova capital mineira seguia as

diretrizes de um pensamento organicista e evolucionista, impulsionado e dirigido pela ação estatal. Assim, a construção de Belo Horizonte pode ser compreendida como uma tentativa de antenação das elites regionais com o universo simbólico moderno, materializado e sintetizado pela intervenção urbana. A nova capital de Minas Gerais viria assim consagrar a obra da modernidade, identificada com o ideal republicano, rompendo com a imagem do Império e ao mesmo tempo preservando a ordem e a unidade tão caras à Nação.

O projeto da construção da “cidade de Minas” obedeceu, assim como La Plata, aos mais atualizados conceitos urbanísticos da época. O engenheiro-chefe da comissão construtora, Aarão Reis, era um membro participante do movimento republicano, oriundo da Escola Politécnica e positivista convicto. Partindo da ideia cientificista e racionalista predominante naquela instituição – que deveriam ser as diretrizes do seu trabalho como chefe da comissão construtora da nova capital – procurou estabelecer um padrão para a formação do grupo baseado na ideia de uma neutralidade proveniente do distanciamento “natural” com seu objeto de trabalho, tal como no projeto de Benoit. Assim:

Não sendo natural de Minas Geraes, nem tendo ahi o mínimo interesse pessoal directo ou indirecto, (...) encontrei-me e encontro-me felizmente, no exame e estudo do assumpto, com a mais perfeita isenção de ânimo e de espírito, sem predileções prévias e, mesmo agora, sem paixões adquiridas; fazendo os mais ardentes votos para que o futuro confirme a escolha que for decretada (...) offereço [as indicações sobre a escolha da localidade] como resultado do meu estudo comparativo e baseado nos dados positivos reunidos pelos meus distinctos collegas, que igualmente se acham em identicas condições, visto como evitei cautelosamente recorrer à collaboração de profissionaes mineiros. (*Estado de Minas Geraes*, 1893)

Também em relação à escolha da localidade, Aarão Reis seguiu um procedimento similar ao de La Plata. Estabeleceram-se como princípios fundamentais a serem observados nas localidades selecionadas elementos como salubridade, abastecimento de água e sistema de esgoto, materiais disponíveis na região, abastecimento de gêneros alimentícios, iluminação e circulação viária. A planta da cidade, aprovada em 1895, após a conclusão dos trabalhos topográficos da região do povoado de Curral d’El Rey, é mais um aspecto revelador da concepção de mundo social que conduzia os trabalhos de construção da nova capital. Nela encontraremos uma estreita semelhança com o plano da cidade de La Plata.

O primeiro ponto a ser observar é o duplo gradeamento ortogonal imposto ao plano da cidade. O primeiro, determinando a orientação das ruas com largura de 20 metros, seguindo em sentido N-S e E-O. Sobre tal gradeamento Reis inseriu diagonais que formariam outra quadrícula, em sentido NO-SE e NE-SO, formando um sistema de largas avenidas de 35 metros cujos sentidos seriam opostos aos de La Plata. A única via de gabarito diferenciado, destinada à ligação entre bairros opostos, rasgando a cidade de Norte a Sul, teria uma largura de 50 metros. O conjunto de avenidas tinha como função principal estabelecer ligações com os polos funcionais e simbólicos da cidade, facilitando os deslocamentos e mesmo direcionando o sentido do desenvolvimento da nova cidade.

Programado para comportar entre 150 e 200 mil habitantes, o plano de Belo Horizonte procurava privilegiar o aspecto da circulação, projetando um sistema viário adequado para a futura cidade. Entretanto, o privilégio da função circulatória é condicionado pela função estética, própria do traçado barroco. A avenida que contorna todo o perímetro urbano e o destaca da área suburbana evidencia essa intenção cenográfica em detrimento do movimento (Magalhães & Andrade, 1989).

O sentido de hierarquia, colocando o parque em posição de privilégio, pode ser verificado na orientação do desenho que, contrariando a orientação convencional na maioria dos projetos (o Norte apontando para cima) impõe o olhar do desenhista, que tem a sua frente a Serra do Curral. Era a ciência condicionando a natureza. Não só em termos de orientação

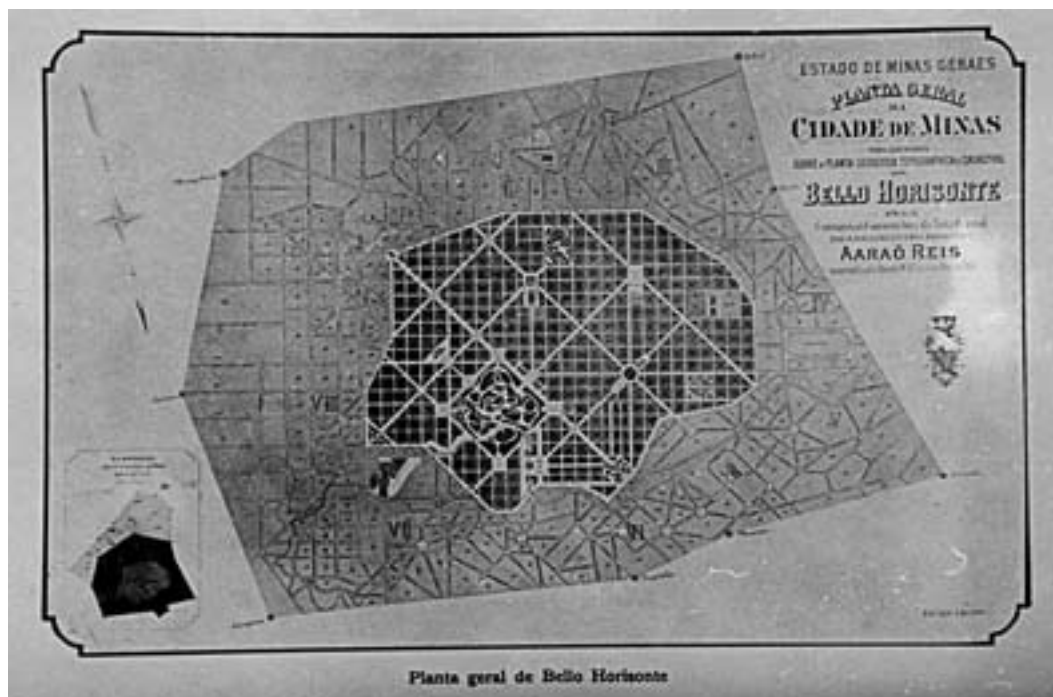


Figura 2: Planta urbana geral de Belo Horizonte, projetada por Aarão Reis.
Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto.

do desenho, mas também em termos de projeção no espaço: a topografia acidentada do sítio escolhido foi simplesmente ignorada em função da regularidade das vias.

Além disso, a nomenclatura das ruas e o posicionamento das edificações e das principais funções da cidade também realçam a ideia de ordem e hierarquização que ultrapassava o âmbito arquitetônico. Às vias estabeleceu-se uma nomenclatura baseada em datas, fatos históricos, vultos, rios, tribos indígenas, capitais e Estados brasileiros. As praças receberam denominações que recorriam ao universo simbólico da República brasileira (Liberdade, Justiça, Progresso, Federação, Tiradentes, Benjamim Constant, etc.).

A disposição dos edifícios dentro do plano obedeceu a uma ordenação programada, visando estabelecer um amplo centro cívico formado pelas pontas de um triângulo que representasse através de uma construção, em cada um de seus vértices, o Palácio do Governo, o Palácio do Congresso e a Catedral. Importância maior foi dada ao Palácio Presidencial, que “dominaria as vistas da cidade, situado em uma colina para onde confluíam seis avenidas que garantiam o livre acesso de todas as direções. Uma delas ligaria esta monumental edificação em linha reta, com outros dois palácios, o da Administração e do Congresso” (Lima, 1994: 64). Os dois outros vértices do triângulo estariam situados na Avenida Afonso Pena, em posição menos destacada que o Palácio Presidencial.

Quanto ao modelo arquitetônico, o Ecletismo também foi tomado como norma para as edificações públicas e mesmo privadas do período da construção. Mais uma

vez, a aproximação com os projetos realizados na cidade de La Plata parecem evidentes. Não só pela semelhança entre as fachadas de prédios, mas por sua disposição dentro da malha urbana. Assim como na nova capital da província de Buenos Aires, em Belo Horizonte a disposição dos prédios públicos visava constituir um sentido para o crescimento da cidade, sem concentrar dentro de um espaço restrito, as funções públicas do governo. Com a troca de comando na condução do processo de construção da nova capital mineira (assumindo Francisco Bicalho como novo chefe da Comissão Construtora), tal ideia foi abandonada em função da constituição de um centro cívico tradicional, concentrado em torno da Praça da Liberdade. Esta alteração, entre outras, visava facilitar o processo construtivo, a valorização imobiliária e a consequente ocupação do perímetro urbano tendo em vista a grave crise financeira por que passava o Estado no final do século XIX. A mesma crise faria com que muitos elementos e prédios previstos no projeto original de Aarão Reis nunca saíssem do papel.

3. Aproximações

Segundo Galantay (1977), a construção de novas cidades procura atender a duas razões principais. Por um lado, pode surgir devido à criação de um novo Estado (ou sua refundação), que necessite de um novo espaço preparado para comportar a burocracia do novo governo, e servir como centro irradiador do poder. Outro motivo comum é a necessidade de transferir sede do governo para uma localidade mais adequada aos interesses (políticos, econômicos ou militares) do momento. La Plata e Belo Horizonte constituem exemplos clássicos desse processo de formação de novas cidades.

Mas suas similaridades não se esgotam no fato de serem consideradas “cidades novas”, pensadas para atenderem aos interesses políticos de criação de novas capitais. Fruto de uma concepção de modernidade que representava a cidade como um espaço de atuação do poder governamental sobre o indivíduo – um espaço capaz de “criar” seus cidadãos – o planejamento daquelas novas capitais reflete a opção política feita em cada um daqueles períodos.

A opção pelo passado, mesmo que recoberto pelos mais modernos princípios urbanísticos do período deu a tônica do projeto de Belo Horizonte, tanto no que se refere ao seu traçado quanto ao modelo arquitetônico adotado. Da mesma maneira ocorreu com La Plata. Nesta primeira, apesar de guiados pelos princípios urbanísticos mais modernos do período, a recorrência ao tradicional sistema de quadrícula procurava reforçar o sentido de ordem e hierarquia que identificava as antigas oligarquias que dominavam o país. Sobre o traçado racional e a ideia de neutralidade, escondia-se uma concepção conservadora de sociedade imposta ao imigrante (base de sustentação de seu expressivo crescimento nas primeiras décadas) e que eclodiria em movimentos populares ainda no final do século XIX. No caso de Belo Horizonte, a própria disposição das construções institucionais ao longo do espaço urbano são, na verdade, uma alegoria da hierarquização social: a prévia ordenação dos espaços de poder promovia uma clara e concreta representação dos lugares sociais, tanto às elites econômicas agropastoris, à burocracia estatal e aos antigos moradores de Ouro Preto que compraram ou receberam lotes na nova capital, quanto aos trabalhadores que se estabeleceram fora dos limites traçados pela avenida Contorno. Essa dinâmica conservadora era ressaltada ainda na opção pelo estilo eclético das novas capitais, que reforçava os vínculos do presente com o passado.

A utilização de elementos do passado, reordenados segundo novos princípios urbanísticos (higienização dos espaços, observância das condições climáticas e sanitárias na escolha do local, demonstrando a ênfase no saber racional) retoma a ideia da imposição da ordem em detrimento da desordem. A concepção do cidadão ideal para habitar aquela cidade passou pela disposição dos elementos identificadores do poder, pelos símbolos, reais e abstratos da autoridade que deveriam estar sempre presentes. Daí a escolha de um estilo monumental para prédios e para o nome das avenidas. Daí também a similaridade com La Plata na disposição dos edifícios que representavam os poderes constituídos. Mas ao contrário de La Plata, que dicotomizou num mesmo plano os conceitos de Estado e Religião através da disposição da Matriz da *Imaculada Concepción* frontalmente ao edifício do Legislativo, a relação de forças que se estabeleceu no plano de Belo Horizonte tomou outro caráter. Apesar de procurar associar o princípio democrático da autonomia, o positivista Aarão Reis conscientemente simbolizou o dirigismo latente no universo político mineiro e nacional através da colocação do Palácio Presidencial em local de destaque. Fenômeno esse que impunha ao Poder Legislativo uma relativa subserviência ao Executivo. Ao mesmo tempo, procurou destacar o poder religioso do seu plano urbano, situando o projeto da futura catedral na região suburbana da cidade, próximo à Serra do Curral.

Coroando tal ideário político, também presente no projeto de La Plata, a adesão ao Eclétismo como estilo arquitetônico padrão, oferecia a vantagem prática de propor um ambiente de conciliação, tanto no plano estético, quanto filosófico ou político-social. Expressão arquitetônica do historicismo romântico, o Eclétismo concedia a cada época seu próprio direito de existência, seu gênio, sua perfeição. Uma tal concepção implicava uma posição conservadora frente ao mundo: se o presente e principalmente o futuro são concebidos como momento de restauração daquela perfeição original, o tempo passa a ser não mais um elemento de mudança, transformação, mas uma oportunidade de recuperação do passado, restauração da antiga ordem ou sua manutenção. Neste caso, inovação significa, sobretudo, retorno ou redescoberta de alguma parte do passado que foi esquecida e é agora legitimamente recuperada.

O plano urbano moderno e “inovador” tornava-se assim, um modelo “não-inovador” que procurava estabelecer uma estrutura normativa simbólica e espiritual que reforçasse a imagem de imobilidade social. ↪

Referências

- BARRETO, A. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva (história antiga)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.
- BOLTSHAUSER, J. *Noções de evolução urbana nas Américas (I, II)*. SE, 1985.
- CAMARA de Diputados de La Plata. www.hcdiputados-ba.gov.ar. Acessado em 14.12.2005.
- CARVALHO, J. M. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CRESPO, R. A. G. (dir.) *Patrimonio arquitectonico de La Plata*. La Plata, Argentina: Ediciones Arx, 1984.
- DELSON, R. M. *Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Alva-Ciord, 1997.
- ESTADO de Minas Geraes. *Comissão d'estudo das localidades indicadas para a nova capital – relatório apresentado a S. Exc. o sr. dr. Affonso Penna pelo engenheiro civil Aarão Reis*. Rio de Janeiro: SE Janeiro/maio de 1893.
- FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da Capital*. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- FREITAG, B. *Utopias urbanas*. Fortaleza: Anais do X Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2001.
- GALANTAY, E. Y. *Nuevas ciudades de la antigüedad a nuestros días*. Barcelona, Espanha: Editorial Gustavo Gili, 1977.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KOHLSDORF, M. E. *Ensaio sobre o pensamento urbanístico*. Brasília: SE, 1996.
- LIMA, F. J. M. *Belo Horizonte: um passo de modernidade*. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 1994.
- MAGALHÃES, B. A.; ANDRADE, R. F. *Belo Horizonte: um espaço para a república*. Belo Horizonte: UFMG, 1989.
- PAIVA, E. F. *Belo Horizonte: histórias de uma cidade centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997.
- PASSOS, L. M. C. *A metrópole cinqüentenária: fundamentos do saber arquitetônico e imaginário social da cidade de Belo Horizonte (1897-1947)*. (Dissertação de mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- PICON, A. *Racionalidade técnica e utopia: a gênese da haussmannização*. In.: SALGUEIRO, H. A. (Org.). *Cidades capitais do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2001.
- RAMA, A. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- REIS, A. *Carta enviada a Fernando Osório em 22 de outubro de 1894*. Arquivo Público Abílio Barreto.
- RESENDE, M. E. L. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1982.
- ROMERO, J. L. *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*. Buenos Aires, Argentina: Siglo veintiuno editores, 2001.